2.4.2. Processo nº 000208-112/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde - SESMA, Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESPA

Origem: 2º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a problemática de pacientes psiquiátricos, usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, que permanecem internados no Hospital de Clínicas Gaspar Vianna, mesmo após alta médica, por força de decisão judicial.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Exma. Conselheira Relatora, uma vez que, após o cumprimento das diligências cabíveis e necessárias, restou demonstrado que o objeto da demanda já encontra-se resolvido, não existindo mais pacientes internados indevidamente na Ala Psiquiátrica do Hospital de Clínicas Gaspar Vianna.

2.4.3. Processo nº 003591-003/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Comando-Geral da Polícia Militar do Estado do Pará

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar supostas irregularidades no processo licitatório nº 020/03-CPL/PMPA e na Concorrência nº 002/2003-CPL, referente à compra de aeronave, tipo helicóptero, para a PMPA

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Exma. Conselheira Relatora, considerando que o processo licitatório foi finalizado, tendo sido adquirida a aeronave (juntamente com os acessórios e despesas com treinamento de pessoal) pelo preço de R\$ 8.185.054,62 (oito milhões, cento e oitenta e cinco mil, cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos), dentro dos padrões estabelecidos na coleta de preços, afastando, assim, a acusação feita pelo Jornal Diário do Pará de superfaturamento.

2.4.4. Processo nº 000006-911/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar possíveis ilegalidades quanto ao repasse de valores pela Prefeitura Municipal de Marabá à instituição de cunho religioso, no ano de 2011.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Exma. Conselheira Relatora, uma vez que, após o cumprimento das diligências cabíveis e necessárias, restou demonstrado que a atuação extrajudicial foi suficiente para detectar a ausência de irregularidades capaz de justificar a interposição de ação civil pública.

No dia 13.12.2016 houve a continuidade dos trabalhos e foram julgados os seguintes processos:

2.4.5. Processo nº 000008-135/2016

Requerente(s): Tribunal de Contas dos Municípios - TCM

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Santarém Novo / Sei Ohaze

Origem: PJ de Santarém Novo

Assunto: Apurar ausência de prestação de contas da administração municipal dos anos de 2014, 2015 e 2016

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO CONHECEU do pedido de promoção de arquivamento, nos termos do voto da Conselheira Relatora, CONVERTENDO-SE o julgamento em diligência, conforme Resolução nº 143 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c Resolução nº 13, de 2016, do Colégio de Procuradores de Justiça, que alterou o art. 23, § 3º, inciso I, DEVENDO os autos retornar ao Órgão de execução do Ministério Público que determinou seu arquivamento, para diligenciar no sentido de verificar se a Tomada de Contas Especial (Processo nº 201409749-00) relativa ao ano de 2013 já fora encerrada e, caso positivo, adotar as medidas cabíveis com base nos resultados obtidos, bem como apurar perante o TCM em qual fase encontram-se

os processos relativos aos exercícios financeiros dos anos de 2014, 2015 e 2016, cuja prestação de contas também se encontra pendente. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.4.6. Processo nº 001308-112/2015

Requerente(s): E.F.F. / B.B.F.A.

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém - SESMA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar suposta violação ao direito fundamental indisponível à saúde, com vistas à realização procedimento cirúrgico em leito com UTI

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Conselheira Relatora, uma vez que, após o cumprimento das diligências cabíveis, restou demonstrado que a atuação extrajudicial foi suficiente para suprir as necessidades da idosa, que teve seu pleito atendido com a realização do procedimento cirúrgico, conforme contato telefônico feito por servidor da referida Promotoria com a filha da idosa, que informou que sua mãe realizou o procedimento cirúrgico no Hospital João Barros Barreto no dia 04/05/2016. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado.

2.5. Processos de Relatoria do(a) Conselheiro(a) ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO:**2.5.1. Processo 000069-151/2015**

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Estado do Pará e E.N.S.V.

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar denúncia de prática irregular da advocacia por servidor público

Com a palavra, o Exmo. Conselheiro **Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves** votou para que continue o entendimento já votado pelo Conselho Superior na sessão anterior, onde de forma unânime decidiram pela prevenção desses processos.

A Exma. Conselheira **Maria da Conceição de Mattos Sousa**, o Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público, Dr. **Adélio Mendes dos Santos** e Exmo. Presidente em exercício **Miguel Ribeiro Baía** votaram pela prevenção.

O Exmo. Conselheiro Relator **Estevam Alves Sampaio Filho** informou que não ocorreria prejuízo a prevenção dos processos se ambos fossem julgados em separado, ou mesmo haver prevenção, pois esses processos não possuíam as mesmas partes dessa forma não deveria ser preventivo.

O Exmo. Conselheiro **Nelson Pereira Medrado** concordou com o Relator em relação ao mesmo poder proferir o seu voto, já que estava pronto, pois não existiria problema se os demais processos que esperam julgamento fossem julgados posteriormente, entendendo que o processo poderia ser votado na presente sessão.

A Exma. Conselheira **Rosa Maria Rodrigues Carvalho** se julgou suspeita para atuar no feito.

O Egrégio Conselho Superior, por maioria de votos, retirou o presente feito de pauta e DECIDIU manter a decisão da sessão anterior, conservando os processos do mesmo objeto como preventos e os mesmos devem ser reunidos para que haja o seu respectivo julgamento.

2.5.2. Processo nº 000209-151/2016

Requerente(s): Ruth Lena de Almeida Medeiros

Requerido(s): Célia Catarina dos Santos Uchoa

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa por parte de empregada pública do Banco do Brasil

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, eis que, passando a averiguar o caso em concreto, nos termos do princípio da primazia da realidade, temos que a investigada não é servidora pública, mas sim empregada pública, e, mesmo que se aplicassem as proibições previstas na Lei nº 8.112/90, a mera inserção de seu nome no contrato social de sociedade empresarial na condição de sócio-administrador não possibilitaria concluir pela caracterização da transgressão disciplinar contida no art. 117, inc. X, da Lei nº 8.112, de 1990, conforme se verificou, inclusive que a referida empresa não possuía movimentação econômica desde 2010, com exceção de alguns serviços realizados em 2013, sem nenhuma gerência da denunciada. Ainda verificou-se que da instauração do presente procedimento a investigada formalizou a sua exclusão da sociedade junto à JUCEPA, bem como não exercia nenhuma função de gestão, sendo mera diretora de departamento, com a função de desenvolver estudos e trabalhos de natureza técnico-operacional, incluindo pesquisas, diagnósticos, ensaios, análises e afins e participações em processos produtivos internos ou de campo. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado e Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público Adélio Mendes dos Santos.

2.5.3. Processo nº 000148-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Hospital Ophir Loyola - HOL

Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar as possíveis irregularidades constantes do item I - Gestão de Pessoas, sub-item 8 do Relatório HOL, ocorridas no Hospital Ophir Loyola.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, NÃO HOMOLOGOU a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto do Conselheiro Relator, CONVERTENDO-SE o julgamento em diligência, conforme Resolução nº 143 do Conselho Nacional do Ministério Público c/c Resolução nº 13, de 2016, do Colégio de Procuradores de Justiça, que alterou o art. 23, § 3º, inciso I, DEVENDO os autos retornar ao Órgão de execução do Ministério Público que determinou seu arquivamento, para que se apurem os indícios de ilegalidade discutidos no corpo da manifestação do Conselheiro Relator e, ainda: 1) na manutenção do vínculo funcional da investigada, considerando-se que a servidora foi admitida de maneira precária, via contratação temporária, devendo ser analisadas as exigências legais para a contratação e exoneração, se for o caso; 2) da própria concessão de afastamento a servidor não estável, sob os ditames da Lei n.º 8.112/90, aplicável por analogia ao caso; 3) da não-obtenção do título acadêmico durante o período de afastamento, o que poderá ensejar o ressarcimento da remuneração paga pela Administração durante o período; 4) no pagamento de "bolsa treinamento" feito, a princípio, sem qualquer previsão legal, o que configuraria ato de improbidade administrativa do ordenador da despesa e do beneficiário desta. Registrou-se o impedimento da Exma. Conselheira Maria da Conceição de Mattos Sousa. Registrou-se a ausência justificada do Exmo. Conselheiro Nelson Pereira Medrado e Exmo. Corregedor-Geral do Ministério Público Adélio Mendes dos Santos.

2.5.4. Processo nº 000195-151/2016

Requerente(s): PJ de Defesa dos Idosos, Deficientes e Acidente de Trabalho da Capital

Requerido(s): Luis Carlos Gomes de Souza

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa por parte de policial militar

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, CONHECEU do recurso e DECIDIU pelo seu IMPROVIMENTO, nos termos do voto do Conselheiro Relator, em razão da ausência de indícios de atos de improbidade administrativa, considerando que, compulsando os autos, vê-se que dos fatos relatados não verifica-se a prática de nenhum ato de improbidade administrativa contra a Administração Pública. O fato de o investigado ser